

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TEREZA SERBAI

A PRODUÇÃO DA MERENDA ORGÂNICA EM PRUDENTÓPOLIS E SEUS  
BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE: ALTERNATIVA E RESISTÊNCIA EM  
CONTRAPOSIÇÃO AO PLANTIO DE FUMO

MATINHOS  
2011

TEREZA SERBAI

A PRODUÇÃO DA MERENDA ORGÂNICA EM PRUDENTÓPOLIS E SEUS  
BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE: ALTERNATIVA E RESISTÊNCIA EM  
CONTRAPOSIÇÃO AO PLANTIO DE FUMO

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Educação do Campo,  
Setor Litoral, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção  
do título de especialista.

Orientador: Solange Toderó Von Onçay

MATINHOS  
2011

## **A produção da Merenda orgânica em Prudentópolis e seus benefícios para a comunidade: alternativa e resistência em contraposição ao plantio de fumo.**

Tereza Serbai<sup>1</sup>

Solange Toderó Von Onça<sup>2</sup>

*Quanta saudade / dos dias ensolarados lá roça / da cuia de chimarrão  
da água na moringa / do cavalo e da carroça.  
O camponês do chapéu da aba larga / “pra” cidade mudou /  
e aquele homem de ferro / peão urbano virou.  
Aquele riacho / já secou / aquela árvore / em carvão já virou /  
aquele pássaro / não ouço mais cantar /  
e não há mais tempo “pra” ver /  
a beleza de uma noite de luar.  
(autoria própria)*

### **RESUMO**

O presente trabalho trata da questão do plantio da merenda orgânica no município de Prudentópolis – PR. A população de Prudentópolis é composta em sua maioria por pequenos agricultores, sendo que a economia gira em torno da agricultura familiar no cultivo do feijão, milho e fumo. O cultivo do milho e feijão requer plantações em grande quantidade pra gerar lucro. E, por se tratar de propriedades rurais com pequenas extensões de terra, torna-se difícil tal cultivo. Com o passar do tempo os agricultores passaram o plantar fumo, o que não ocupa grandes áreas de terra e em termos financeiros é bastante vantajoso. Porém, para seu cultivo são utilizadas grandes quantidades de agrotóxicos e são efetuadas queimas de madeira para a secagem, o que vem trazendo muitas conseqüências ao meio ambiente e às pessoas que ali vivem em geral. Nos últimos anos, fora implantado na cidade um

<sup>1</sup> Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Telêmaco Borba, e-mail: tete.serbai@yahoo.com

<sup>2</sup> Educadora Orientadora, UFPR Litoral.

projeto para o plantio e cultivo de frutas, verduras e legumes, os quais são entregues para as entidades cadastradas diretamente pelo agricultor, o que vem se apresentando como uma alternativa viável e possibilidade concreta de resistir ao plantio do fumo que degrada o meio ambiente e conseqüentemente a vida e a saúde da população.

**Palavras-chave:**

Agricultura familiar, merenda orgânica, fumo, Prudentópolis, agrotóxicos.

**1 CONTEXTO**

A agricultura no Brasil detém aproximadamente cinco milhões e meio de agricultores. Deste total, cerca de quatro milhões e meio (80%), são agricultores familiares, que muitas vezes desempenham seu trabalho com o mínimo de capital, tecnologia e geralmente com pouco conhecimento formal (CAMPOLIN, 2004). No Brasil, a agricultura familiar surgiu como forma de produção alternativa durante o período colonial, ocupando pequenas extensões de terra, cujos produtos oriundos da atividade eram destinados ao auto consumo (CAMARGO e MATTOS, 2007).

No decorrer do tempo, a política de permissão aos escravos produzirem seu alimento, onde estes, aos poucos começaram a ter uma “brecha” para poderem cultivar alimentos, trabalhar para arrecadar seu próprio sustento. Esse, foi outro fator que originou o novo sistema, começando a trazer resultados positivos, dando grande passo para o início da formação de um sistema de alimentação agro-alimentar em condições de abastecimento, ainda que precária.

Com o fim do sistema escravista no Brasil, os colonos passaram a exercer papel fundamental; em cuja produção pode-se considerar fatores, como: a propriedade de terra, produção exclusiva de gêneros alimentícios, família como mão-de-obra para produção, maior parte da produção ficava para o consumo, mas

também para ir para o mercado com o propósito de adquirir recursos para a posse de terra.

No Brasil, os sesmeiros e posseiros realizavam a apropriação de terras aproveitando de brechas legais que não definiam bem o critério de posse das terras, como, após três anos de trabalho em determinada área de terra a pessoa se tornava proprietária do terreno.

Em 1850 foi criada a Lei das Terras, sendo a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Nesse período chegavam ao país os primeiros trabalhadores imigrantes, começava aí a transição da mão de obra escrava, fim da escravidão, para o trabalho assalariado. Se não houvesse uma regulamentação e uma fiscalização do governo, de empregados, estes estrangeiros se tornariam proprietários, fazendo concorrência aos grandes latifúndios, período em que a agricultura familiar começa a surgir.

A agricultura familiar brasileira foi marcada profundamente por três grandes fatores: a grande propriedade, a monocultura de exportação e a escravatura. A fragilidade e a dependência social e política está estreitamente relacionada com o surgimento das grandes propriedades e dos ciclos econômicos a partir de 1850.

Somente após a metade da década de 1960 veio a modernização da agricultura brasileira, com a vinda da indústria de tratores, implementos agrícolas, fertilizantes químicos, produtos veterinários, entre outros. Com isso surgiram novos mercados e o interesse do governo em programas que visavam facilitar a aquisição de tais produtos acelerando a implantação da tecnologia no meio rural.

Tal modelo de desenvolvimento caracterizou a agricultura brasileira, gerando grande concentração de terras e de renda no meio rural, deixando a grande maioria da população à margem do processo. Este modelo, aumentou em muito a quantidade da produção, porém, por outro lado, aumentou a concentração de riqueza, o desemprego, o valor dos produtos, a degradação do meio-ambiente, a ocupação desordenada, bem como a queda da qualidade nutricional dos alimentos e progressivo desaparecimento da cultura e do modo de vida do campo.

A nível de Estado do Paraná, a economia começou a ter um olhar mais voltado para este modelo de desenvolvimento, a partir da década de 70. Neste sentido, verifica-se a priorização de uma série de implementações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano, como: construção de estradas para melhor interligar as comunidades; construção de obras públicas, como hospitais, escolas, cadeias, cemitérios, iluminação e outros serviços públicos. A educação também é influenciada com a criação de novas disciplinas na instrução primária, e secundária, visando imprimir uma visão no ensino mais urbanizada para o país.

Os estudos sobre o campesinato e a pequena produção desencadearam uma série de correntes teóricas que acabaram gerando análises diferenciadas e até mesmo antagônicas sobre o processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, onde podemos citar Chayanov, para o qual o trabalho do camponês tem como fim à satisfação de suas necessidades, que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, sendo que não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro. Já para Marx o camponês não maximiza nem lucro, nem renda, onde a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa: as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou, ao menos, o preço de produção. Assim sendo, sempre uma parte do trabalho excedente é contida gratuitamente à sociedade.

A contribuição de Chayanov, no âmbito desta questão, é a idéia de que o camponês avalie subjetivamente o grau de intensidade de seu trabalho, a partir da quantidade de bens no qual este se traduz. Para Marx o limite era o salário, para Chayanov é a superexploração da força de trabalho. Marx opera do ponto de vista do sistema econômico e Chayanov a partir de uma perspectiva micro. Para Marx, o fundamental são as transações entre o campesinato como classe e o sistema econômico global; Chayanov estabelece, por seu turno, um corte entre este nível e a dotação de recursos no âmbito das explorações

Olhando do ponto de vista da educação, ao longo da história, o campo também passou a oferecer condições para que sua população estudasse, porém até os dias de hoje, o baixo ou talvez até pouco interesse em investimento na educação rural proporcionou condições precárias de escolarização. Ainda hoje, escola do

campo é, na maior parte das vezes, uma escola isolada, de difícil acesso, composta por uma única sala de aula e apenas um professor que ministra aulas para todas as séries iniciais do ensino fundamental simultaneamente, sem supervisão pedagógica, onde o professor precisa ainda limpar a sala de aula, fazer a horta e preparar a merenda, e o pior, seguindo um currículo que privilegia uma visão urbana da realidade.

A má qualidade da educação produzida nessas condições reforça o imaginário social perverso segundo o qual a população do campo não precisa conhecer as letras ou possuir uma formação geral básica para desempenhar o trabalho na terra. Analisando a linha do tempo, percebe-se que a educação evolui muito devagar, muito já foi feito e muito ainda há o que fazer. Com o pouco que foi feito hoje, já percebe-se o seu papel, o qual possui o sentido inverso, se comparado com algumas tendências muito fortes presentes desde as primeiras décadas do século XX, quando a escola tinha a função social de ensinar o “correto” e preparar para o mercado de trabalho. Hoje, pela concepção da educação do campo, deve-se valorizar o que o aluno traz de fora, da vida em comunidade, da experiência prática, para a sala de aula.

O meio rural, antes considerado como lugar de atraso, uma cultura a ser superada e não mantida, deu um grande salto rumo a uma outra visão de desenvolvimento. A educação nesse meio, já não é mais vista apenas como um simples letramento, alfabetização, mas uma forma de preparar, de desenvolver as habilidades do cidadão para manter-se no campo com uma vida digna e com acesso às políticas públicas, a tecnologia, o que antes estava apenas ao alcance da população urbana.

Atualmente a Educação do Campo é vista com outros olhos, ao se dar para as escolas o papel de resgatar uma dívida histórica com os sujeitos do campo, retomando o seu papel no lugar onde vive, desenvolvendo seu saberes e conhecimentos a partir dos já existentes. Quando o Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino respeita e adapta-se ao modo de vida da população

atendida, o que hoje já é possível pela legislação que ampara a educação do Campo, se traz a experiência de vida como base, um chão para a aprendizagem, tornando a educação muito mais comprometida com a busca do bem-estar da sociedade.

Marcaram a história da educação para o meio rural a implantação de programas, projetos, calendários diferenciados, enfim, tudo elaborado sem o conjunto de pessoas que convivem no local, que conhecem a realidade, com uma elaboração gradativa, de acordo com a realidade local, para que os sujeitos aprendessem a transformar a realidade e não fossem transformados por programas que já são implantados prontos, como afirmam MOLINA e FERNANDES:

Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (...). A educação rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que os expropria. (MOLINA; FERNANDES, 2004, p. 61-62).

A educação se desenvolveu acompanhando a trajetória histórica e o modelo de desenvolvimento adotado, trazendo avanços à sociedade brasileira principalmente na área da pesquisa, responsável pela inovação tecnológica também para a zona rural. No campo inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala, contudo os que mais tem usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos. No entanto com algumas proposições de resistência e a ação protagonista, hoje já podemos perceber o apoio de políticas públicas para levar tais benefícios até o pequeno agricultor, o qual já consegue melhorar a quantidade e a qualidade de sua produção.

As várias lutas pela terra, como o MST (Movimento dos Sem Terra) com os acampamentos, marchas, caminhadas, nas ocupações de prédios públicos etc, podem ser considerados como força política e social, no âmbito de alternativas de resistência em lutas por políticas públicas em favor de quem quer um pedaço de terra para plantar.



Nas últimas duas décadas, a educação do campo teve um grande avanço. O objetivo de reconhecer o camponês, antes simples objeto de mão-de-obra, como sujeito construtor da sua própria identidade, vem crescendo e trazendo novos pensamentos e atitudes aos pequenos agricultores. Um dos principais elementos que estão ajudando a consolidar e dar solidez à prática da educação do campo, é o envolvimento com a comunidade. Contudo, ainda é preciso que a proposta curricular da escolarização, esteja a serviço de um projeto de campo, e que este espaço se torne lugar de construção de sujeitos autônomos, os quais possam contribuir no trabalho do agricultor. Também, é preciso avançar na elaboração de formas para o aumento da produtividade que vão além da utilização de produtos químicos e da escola que prepara o aluno do campo para arrumar um emprego na cidade. Ou seja, é preciso desenvolver a pesquisas no sentido de aumentar a produção orgânica que substituam de vez o uso da química e cidadãos construtores de vida no lugar onde nasceram.

Um exemplo disso é local onde o presente estudo teve seu foco principal, é o município de Prudentópolis, localizado na região sudeste do Paraná. O município é considerado rural, apresentado um dos mais baixos índices demográficos humanos (IDH) do Paraná, tendo como principal atividade agrícola, o cultivo de fumo, milho e feijão. No entanto, algumas propriedades estão buscando alternativas, desenvolvidas basicamente pelas pessoas da família. (Silva, 2003)

Sua economia gira em torno da agricultura familiar. Por se tratar de uma região com terrenos bastante acidentados e famílias com pouca terra torna-se difícil o plantio de grandes áreas, e a maioria das famílias cultivam produtos visando a sua própria sobrevivência.

Com o tempo, a produtividade começou a exigir mais tecnologia, insumos, defensivos e nem todos conseguiram adequar-se às novas condições, aí muitas famílias aderiram ao cultivo do fumo. A plantação de fumo cresceu de maneira assustadora no município, pois segundo os produtores, o lucro era bem maior que do feijão, facilidade para financiamentos, assistência técnica, além de não precisar

de grande área de terra para seu cultivo. Mas por outro lado, o uso de agrotóxicos é muito maior do que o empregado no feijão, por exemplo, o que foi causando muitas doenças à população. Além dos agrotóxicos, a secagem do fumo consome muita lenha, o que acelerou o desmatamento na região.

Os agricultores acreditam que os venenos e adubos químicos resolvem tudo, usam doses maiores que as recomendadas, não respeitam épocas de colheita e simplesmente abandonaram a enxada e os métodos tradicionais de cultivo.

Há alguns anos, vários agricultores tentaram migrar para outras atividades, como por exemplo: bicho-da-seda, maracujá, morango, plantas medicinais, entre outros, mas o problema aparece na assistência técnica e principalmente na venda, não há um mercado garantido. Para isso, alguns produtores procuram organizar-se em cooperativas ou associações, a fim de facilitar a comercialização do produto, mas as associações existentes no município também raramente sobrevivem.

As principais culturas agrícolas da região feijão, fumo e milho - são todas produzidas com altas quantidades de agro-químicos. As conseqüências disso são o surgimento de novas pragas e doenças na agricultura, o aumento significativo do número de casos de câncer, e a poluição do solo e dos recursos hídricos.

Sem muitas alternativas para uma permanência saudável no campo, a maioria dos jovens começou a migrar para os centros urbanos em busca de renda e qualidade de vida, o que traz muitas conseqüências para as cidades.

O objetivo do presente trabalho é conhecer as dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor de Prudentópolis-PR e as alternativas buscadas para complementação da renda familiar, e com isso desenvolver um pensamento que leve a construção de uma alternativa de renda que realmente de certo.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIENCIA**

A idéia de fazer tal relato teve inicio a partir do conhecimento que adquiri desde quando a escola que trabalhava, Escola Marcos Antoniu, começou a receber produtos orgânicos entregues diretamente pelos produtores rurais.

Tais alimentos são entregues para as escolas há aproximadamente quatro anos, graças a um trabalho desenvolvido junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) assessorado pelo ING (Instituto Guardiões da Natureza) que é uma ONG (Instituição Não Governamental) criada por uma advogada desta cidade, está sendo possível retirar gradativamente muitos produtores da cultura do fumo. O projeto trouxe para as famílias o cultivo de frutas, verduras e legumes e garante a compra da produção por meio do (PAA) Programa de Aquisição de Alimentos. Atualmente, cerca de 128 famílias de produtores, especificamente da agricultura familiar, estão envolvidos com o projeto.

O Projeto além de trazer uma nova fonte de renda para muitos agricultores, garante uma alimentação saudável, já que para produzir esses alimentos não é utilizado nenhum produto químico.

Todas as escolas urbanas e algumas do campo, bem como dois hospitais de Ponta Grossa recebem estes alimentos que são entregues diretamente pelos agricultores, o que garante uma alimentação bastante diversificada e saudável para os alunos, pois com isso o uso de produtos enlatados diminuiu bastante.

Para produzir esses alimentos há o envolvimento da família toda, pois o trabalho não exige uma mão-de-obra pesada. Com isso, temos muitos jovens, os mesmos que num período do dia consomem esses alimentos em escolas, no outro período ajudam suas famílias na produção de tais alimentos.

Sem a ida desses jovens para as cidades, as famílias trabalham juntas, tendo uma boa renda, as escolas do campo além de melhorar a sua alimentação, tem maior número de alunos, e a economia do município movimenta um capital bem maior.

Daí vem a relevância em fazer tal estudo, o referido programa vem tirando muitas pessoas do uso de agrotóxicos e de um trabalho extremamente pesado que a fumicultura oferece.

As escolas Estadual São Lucas e Municipal Marcos Antoniu, local onde a experiência foi vivida, dividem o mesmo prédio localizado na Rua Iguaçu, s/nº - Vila Esperança, no município de Prudentópolis. Atualmente conta com aproximadamente 300 alunos, todos filhos de pequenos agricultores e operários.

Foram entrevistadas as diretoras das referidas escolas e também três produtores que entregam tais produtos.

Desde que as escolas recebem tais produtos o uso de enlatados caiu mais que a metade, e a alimentação está bem mais diversificada, o que as crianças não chamam mais de “lanche” mas “almoço”. Para muitas dessas crianças é a melhor alimentação que recebem, pois muitos vivem em péssimas condições financeiras, eis que essas escolas recebem alunos de um bairro próximo onde a maioria da população vive em extrema miséria.

Durante esse tempo, houve muito diálogo entre produtores, alunos, pais de alunos, professores. O programa deu certo no município porque os produtos tem venda garantida e as entidades em sua maioria não prezam apenas aparência do produto, mas pela qualidade; o que estimula o produtor a se empenhar para produzir alimentos de alta qualidade.

### **3 CONSIDERAÇÕES**

O Brasil é a oitava economia do mundo. Mesmo assim convive com a fome, que atinge milhões de pessoas. A melhoria das condições de vida no campo é condição para o desenvolvimento, pois é do campo que vem o alimento e a matéria prima. O Investimento na agricultura familiar é importante, para manter e possibilitar uma vida digna no campo, pois a pequena propriedade é a principal responsável

pela produção de alimentos. Levar infra-estrutura para o campo é fundamental, pois de lá vem a riqueza que estimula a economia e a qualidade de vida.

O campo, antes considerado lugar de atraso, de uma cultura a ser extinguida e não mantida, lugar de pessoas privadas de todo e qualquer alcance a tecnologia, hoje é reconhecido como lugar de vida. Viver no campo é possível estudar, ter acesso a quase toda tecnologia existente na atualidade, o ar que puro que lá se respira, a água da cacimba que se toma, a casa rodeada de árvores e pássaros, jamais pode ser trocada por uma mansão e um “conforto” aparente de uma grande cidade.

De acordo com as entrevistas, percebe-se uma grande empolgação das famílias em trabalhar com a produção da merenda orgânica e das escolas em receber tais produtos, contradizendo a cultura tradicional da região que é a produção de fumo, milho e feijão.

Avaliando-se a experiência, nota-se que falta ainda uma assistência técnica mais próxima, o que é de suma importância para tais produtores, uma das maiores dificuldades encontradas pelos produtores é a falta de assistência técnica, seguida de informações, crédito e mercado. Percebeu-se ainda que as famílias possuem metas em comum: o aumento da produção e minimização dos custos da atividade, com vistas à melhoria da qualidade de vida.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMARGO, M. F; MATOS, J. L. **Planejamento participativo da produção de leite no Assentamento Cural de Pedra em Montevidéu do Norte – GO.** Rev. Bras. de Agroecologia. V. 2, N. 2, 2007.

CAMPOLIN, A. I. **Abordagens Qualitativas em Agricultura Familiar.** Brasília: EMBRAPA, 2005. (DOCUMENTO 80).

<http://200.201.10.38/proec/publicacoes/salao2008/artigos/Gabriela%20Bas%C3%ADlio.pdf> - **Extensão e Planejamento na Agricultura Familiar da Região de Prudentópolis – PR.** Data de acesso 02/03/2011.

[http://www.cesumar.br/graduacao/arquivos/projeto\\_vida\\_no\\_campo.pdf](http://www.cesumar.br/graduacao/arquivos/projeto_vida_no_campo.pdf) - **Projeto Vida no Campo: A vida em harmonia com a natureza.** Data de acesso – 07/03/2011.

MOLINA, Mônica C.; FERNANDES, Bernardo M. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

SILVA, RCPA. **Pecuária paranaense em foco, informe técnico SEAB, DERAL e DCA,** 2003.

<http://pt.scribd.com/doc/3904656/chayanov> - **A Organização da Unidade Econômica Camponesa: Alguns Aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx** - Beatriz Maria Soares Pontes - REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755. Data de acesso – 29/06/2011.

### **PARECER**

O TCC “*A produção da Merenda orgânica em Prudentópolis e seus benefícios para a comunidade: alternativa e resistência em contraposição ao plantio de fumo*”, de Tereza Serbai, tematiza uma questão de grande relevância, estratégica, dentro da concepção de campo e de um modelo de desenvolvimento que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento capitalista; trata-se de uma nova visão que vem sendo protagonizado a partir das lutas dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo.

Apoiada na experiência própria, vivenciada junto a família, comunidade local e escola, Tereza constrói a pesquisa com facilidade elaborando o escrito de forma a integrar pesquisa bibliográfica, narrativa e análise. Assim, elabora a mesma de forma sintética, ao mesmo tempo que atenta-se para a complexidade da temática, ou seja, a situa historicamente dentro do debate da questão agrária, fazendo relação com o empírico da realidade concreta vivenciada.

De modo geral, a orientanda, desenvolveu o processo, de forma a atender os objetivos, desenvolvendo a mesma, com antecedência de prazo, dialogando sempre



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



e incorporando as sugestões foram propostas as quais foram qualificando progressivamente o escrito.

Solange Todero Von Onçay